

ENTRE A ESCOLA RURAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PROJETO DE INVESTIGAÇÃO DAS PRÁTICAS DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS NO CAMPO - REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ – 2016-2020

Neusa Aparecida de Lima¹

Cecília Maria Ghedini²

Resumo:

Esta proposta de estudo considera que, nos últimos vinte anos, no âmbito dos direitos, a produção da Educação Campo se deu com um legado de referências históricas e legislação que ainda encontra-se ausente em muitas escolas situadas no espaço do campo. Neste sentido, tem-se a necessidade de estudos que sistematizem as experiências de Educação do Campo de escolas que estejam se colocando neste Movimento da Educação do Campo, de modo a evidenciar seus alcances, limites e o processo concreto deste “fazer-se”. Esta pesquisa toma esta questão como problemática e objetiva analisar a prática pedagógica e a prática social, em relação à Educação Rural e à Educação do Campo, do Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha, do Município de Manguaçu - PR e Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, do Município de Francisco Beltrão - PR, no período de 2016-2020. A metodologia utiliza-se da sistematização de experiências para a reconstrução das práticas das escolas, acrescida de entrevistas semiestruturadas com os professores. Os primeiros elementos identificados dão conta de que, cabe a esta pesquisa mapear e analisar as práticas destas instituições, produzindo elementos para uma melhor efetivação dos desdobramentos práticos da política pública de Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Rural. Práticas Educativas. Escola Pública do Campo.

1 Introdução

A Educação do Campo, no Brasil, tem sua origem nos anos 1990, mais propriamente em 1998, quando se consolidam movimentações pela Educação do Campo em todo o país, fruto de uma luta que se produziu no bojo dos Movimentos Sociais e Organizações de diversos segmentos dos camponeses, em todo território brasileiro.

¹ Mestranda em Educação PPGE – UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão-PR. Gestora Escolar Colégio Estadual do Campo Profª Vilma Santos Dissenha-SEED/PR – Licenciada em Pedagogia e Artes Visuais. Email: neusaaplima@gmail.com

² Professora adjunta da UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão. Email: cemaghe@gmail.com



Nessa luta se produz uma conceituação à educação dos trabalhadores do campo, batizada como Educação do Campo (CALDART, 2012) e que, segundo a autora, desde sua origem firma-se nas suas lutas. A Educação do Campo é tomada como direito dos povos do campo e, com isso, “o aprendizado dos direitos pode ser destacado como uma dimensão educativa, pois os movimentos sociais colocam a luta pela escola no campo dos direitos” (ARROYO, 2003, p. 30), e tem lugar no Movimento Nacional da Educação do Campo, como trata Munarim (2008).

A continuidade desse Movimento, nos anos 2000, foca-se na implementação de uma legislação que consolida políticas públicas de Educação do Campo, com o intuito de garantir uma educação própria aos povos que, neste espaço do território, produzem suas vidas como sujeitos sociais diversos, por isso, propõe-se, uma educação que considere seu modo de vida, sua cultura, seu trabalho na perspectiva da diversidade. (MUNARIM, 2008).

Neste contexto, em 2010, tem-se o Decreto Federal nº 7.352- 2010 (BRASIL, 2010a), que vai firmar a Educação do Campo como uma política de estado e, no mesmo ano, a Resolução nº. 4/2010 (BRASIL, 2010b), pela qual, se efetiva como Modalidade de Educação Básica do Campo.

De modo geral, ainda que tenha se passado mais de uma década da promulgação desta legislação, as escolas públicas do campo encontram grandes desafios para alcançar a compreensão da Educação do Campo e, mais que isso, para dar conta de uma prática social e pedagógica nesta perspectiva, que seja possível de se concretizar em escolas situadas no campo. Pode-se destacar a dificuldade de uma organização metodológica em relação ao ensino das diferentes disciplinas pelos docentes, por parte das escolas, transformar a lógica e os processos em curso, principalmente em territórios onde não há presença direta e orgânica de Movimentos Sociais de Organizações do Campo.

Partindo deste contexto, este artigo apresenta um projeto de pesquisa para um trabalho de dissertação de mestrado, que se propõe a analisar a prática social e as práticas e pedagógicas, em relação à Educação Rural e Educação do Campo, de duas escolas da região sudoeste do estado do Paraná. Trata-se do Colégio Estadual do Campo Professora Vilma Dos Santos Dissenha, município de Manguairinha e Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, município de Francisco Beltrão, no período de 2016-2020. Esta investigação valer-se-á de uma ferramenta de investigação com base na Educação Popular Latino-Americana, a Sistematização de Experiências e Práticas Populares (HOLLIDAY, 2006; FALKEMBACH, 2006; 2007), junto às

escolas públicas investigadas, no intuito de fazer um comparativo entre elas, buscando caracterizar sua prática social e suas práticas pedagógicas, a fim de compreender em que medida está em curso um processo de transformação da escola e de suas práticas, da lógica da Educação Rural à lógica da Educação do Campo, no processo concreto do “fazer-se” da escola pública do campo.

Estas escolas se inserem em movimentações com níveis de diretividade diferenciados tanto no processo educativo-formativo da prática social quanto da prática pedagógica. Deste modo, serão mapeados os aspectos principais das práticas e das escolas de modo geral, produzindo análises em relação à sua aproximação de uma escola rural ou de uma escola pública do campo.

Reitera-se, a necessidade de estudos que mostrem a diferença entre escolas situadas no espaço do campo e que se coloquem na perspectiva de transformar a lógica da Educação Rural, por meio do processo do Movimento da Educação do Campo, reorganizando-se na lógica da Educação do Campo, daquelas que ainda prescindem dessas movimentações e acompanhamento. Acredita-se que esses estudos e pesquisas possibilitam cercear tais desafios tanto em nível das políticas públicas quanto dos desdobramentos práticos no “fazer-se” da escola e de sua prática social e pedagógica.

2 A problemática de pesquisa e suas questões

No âmbito da Educação do Campo, em função de razões histórico-sociais, a escola situada no espaço rural, demonstra fragilidades que impactam um ensino que se proponha a garantir a apropriação dos conhecimentos sistematizados, articulados ao seu contexto, pois para dar conta destes elementos, exige-se constante reflexão da escola e da própria prática docente, no sentido das mudanças necessárias rumo à transformação.

Apresenta-se aqui uma breve caracterização das duas escolas parte da pesquisa: o Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha – Ensino Fundamental II e Ensino Médio - situado no espaço do campo, na comunidade de Canhada Funda, município de Manguairinha e o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire – Ensino Fundamental II e Ensino Médio, da comunidade do Assentamento Missões – Linha Fazendinha, município de Francisco Beltrão, ambos no estado do Paraná.

A primeira escola foi fundada no ano de 1994¹, nominado como Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha, em homenagem a esta educadora exemplar, e comprometida com a educação². O colégio tem a sua organização por ano/série em regime anual, ofertando os níveis de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e de Ensino Médio de 1ª à 3ª série, na rede estadual de ensino do estado do Paraná, atendendo atualmente 130 estudantes. Caracteriza-se por uma diversidade de alunos que inclui indígenas (Kaingang e Guarani)³, outros vindos de famílias da agricultura familiar/camponesa, de assentamentos do Movimento de Barragens (MAB)⁴ e de outras comunidades⁵ do município de Manguueirinha – PR (MANGUEIRINHA, 2017).

A segunda escola situa-se num assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que teve origem numa ocupação no ano de 1996. Vinte dias após a ocupação iniciaram-se as aulas mesmo sem estrutura, com quatro turmas e 90 estudantes. Esta primeira escola denominou-se Escola Municipal Irmão Cirilo⁶, funcionando com os anos iniciais do Ensino Fundamental (EF). Assim que concluíam o este nível, os alunos deslocavam-se para fazer os anos finais do EF e o Ensino Médio (EM) em escolas da cidade, pois nas redondezas não havia outra escola que oferecesse esses níveis de ensino. Diante disso, após a luta das famílias assentadas, juntamente com o Movimento Social dos Trabalhadores sem Terra (MST) e das comunidades vizinhas ali nucleadas, conquistaram em 2001, os anos finais do EF, na rede municipal de ensino, onde acontece a desnucleação da cidade para o campo, movimentação esta que não se deu sem conflitos, uma vez que os estudantes tiveram certa dificuldade de aceitar esta volta da cidade para o campo. No ano de 2005, será a vez de fazer este mesmo processo com os estudantes de EM, quando se conquista um colégio estadual, que foi nominado de Colégio Estadual Paulo Freire (LUEDKE et. al, 2020).

¹A escola foi criada pela Resolução nº 4632 de 26/04 de 1994, da SEED, estado do Paraná.

² Esta educadora tinha como maior sonho concluir o ensino superior para aperfeiçoar-se em sua função como professora, porém, esse sonho foi interrompido devido a seu assassinato. Seu nome foi escolhido para marcar a continuidade de seu sonho nesta escola.

³Estes estudantes pertencem ao território da Reserva Indígena de Manguueirinha - PR, localizada a seis quilômetros de distância do estabelecimento de ensino.

⁴Estas famílias vieram das terras alagadas pelo rio Uruguai, no município de Aratiba (RS), onde se construiu a Usina Hidrelétrica Itá. Estabeleceram-se no município de Manguueirinha – PR, em duas comunidades que se chamam Comunidade Itá I e Comunidade Itá II.

⁵Estas comunidades são: Canhada Funda, Covózinho, Linha Buscheroli, Estil e Linha Bianchesi, todas do município de Manguueirinha – PR.

⁶ Irmão Cirilo era religioso, um dos fundadores da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR, e dedicou sua vida à pesquisa sobre os efeitos das plantas medicinais, apoiou as famílias agricultoras em sua luta pela reforma agrária, legado este reconhecido pela escola (LUEDKE et. al, 2020).

Uma primeira incursão para a pesquisa, no Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha, com base na revisão bibliográfica realizada e na pesquisa exploratória, em relação à prática social e prática pedagógica da escola, observou-se que ainda se desconhecem as possibilidades que a legislação vigente permite, no sentido de produzir mudanças que possibilitem a uma escola que ainda se mantém na perspectiva da Educação Rural, transformar-se numa Escola Pública do Campo. Isso tanto da parte dos professores quanto da equipe diretiva e mesmo dos gestores públicos⁷, que demonstram falta de apropriação referente aos documentos legais, ao trato do conhecimento e às decorrentes formas de trabalho com os sujeitos do campo.

Por sua vez, o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, além da organicidade com os Movimentos Sociais que advém de sua história, está sendo acompanhado desde o ano de 2015 por um projeto de extensão com a Universidade⁸ empenhando-se em produzir mudanças de tempo, espaço e instrumental metodológico que possibilitem transformar sua prática social e prática pedagógica na perspectiva do Movimento da Educação do Campo. As ações deste processo têm criado movimentações que envolvem e transformam a percepção dos professores, da equipe diretiva, assim como dos gestores públicos que, no caso do NRE onde se situa esta escola, tem dado respaldo necessário nas dimensões institucionais da política pública que se busca materializar na escola.

Partindo da prática social e das práticas realizadas nas duas escolas e, considerando sua realidade com múltiplas facetas, diferentes interesses, expectativas das comunidades, bem como do corpo docente e discente, percebe-se a necessidade de aproximar-se do processo educativo-formativo (prática social) e das práticas pedagógicas destas escolas, assim como de seus sujeitos, sejam eles professores, estudantes e famílias que ali vivem, para compreendê-las em relação à sua aproximação de uma escola rural ou de uma escola pública do campo, em seus vazios e repetições ou potencialidades e novas formulações (tempos, espaços e instrumental

⁷ Essas escolas se situam em regionais de educação que se identificam como Núcleos Regionais de Educação (NREs), respectivamente NRE de Pato Branco e NRE de Francisco Beltrão, na região sudoeste do Paraná.

⁸ Este Projeto de Extensão articulado à pesquisa situa-se no âmbito do Grupo de Estudos em Formação Humana, Educação e Movimentos Sociais Populares (GEFHEMP), na Unioeste – Campus de Francisco Beltrão – PR. Foi iniciado em 2015, com o objetivo de fortalecer as escolas públicas do campo por meio de um processo que produzisse diferentes mediações articulando o trabalho pedagógico e a formação continuada dos professores. No bojo do projeto de extensão, constitui-se uma rede: REFOCAR – “Rede de Formação de Educadores e Fortalecimento das escolas públicas do Campo: Caminhos de Conhecimento e Resistência”, pela qual se acompanham algumas escolas com foco maior a formação continuada de professores (<https://www.unioeste.br/portal/grupos-de-pesquisa-francisco-beltrao/gefhemp/formacao-continuada>).

metodológico). Deste modo, faz-se necessário compreender e analisar qual é a lógica da Educação Rural presente nas práticas e o desafio da transformação para se chegar à lógica da Educação do Campo, no processo concreto do “fazer-se” da escola.

Nessas movimentações das escolas aqui investigadas, considera-se o contexto das escolas da Região sudoeste do Paraná, as quais são frequentadas por uma diversidade de sujeitos, principalmente tratando-se do trabalho e da produção do campo na região, e contexto no qual se inserem como estudantes que carregam sonhos e projetos, em relação ao próprio trabalho do campo. Dessa forma, para se investigar as escolas situadas neste contexto, no espaço do campo, é necessário também compreender a diferença entre Educação Rural e Educação do Campo, a fim de explicitar melhor em que consiste o processo de transformação da escola rural em uma escola pública do campo, seus aspectos legais e referências históricas, identificando quem são os sujeitos que vivem e trabalham nesse espaço, levando-se em conta, para isso, a história da Educação Rural e o processo de luta do Movimento da Educação do Campo.

Cabe considerar que, pelo direito conquistado na legislação vigente, as escolas públicas situadas no espaço do campo, carecem de participar do Movimento da Educação do Campo, confirmando assim, sua identidade a partir das produções das referências históricas (CALDART, 2000; 2008; 2009; 2012; SOUZA 2008; 2009; RIBEIRO, 2010; 2012; SOCORRO, 2015; 2018; MUNARIM 2008; 2011) referências estas que podem ser garantidas como conquistas ainda que se tenha apenas o modesto avanço da implementação da modalidade da educação básica do campo.

Esta garantia está devidamente registrada e ainda vigente em diversos dispositivos legais dos quais se podem destacar o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010a), a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 que institui a Modalidade (BRASIL, 2010b) e, no estado do Paraná, a Resolução nº 4783 - 28 de Outubro de 2010 (PARANÁ, 2010), que institui a Educação do Campo como Política Pública Educacional no estado do Paraná.

Mesmo depois de uma década, pouco se tem colocado em curso para afirmar um ensino que garanta a apropriação dos conhecimentos sistematizados articulados ao contexto sócio-histórico-cultural, até pelo contrário, as políticas em curso na atualidade, de caráter eminentemente neoliberal, não garantem as mudanças previstas na legislação e já experimentadas em diversas referências de práticas educativas das escolas situadas no campo.

Toma-se como referência, o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire que, pelo processo educativo-formativo evidenciado na sua história, no qual a prática social da escola e as práticas

pedagógicas têm um forte nível de articulação, teve condições de desenvolver um ensino que garante os vínculos sociais entre o trabalho, a cultura, o território e seus sujeitos, assim como outras escolas da região sudoeste, acompanhadas pelo projeto de extensão, que já registram algumas mudanças com base na legislação educacional específica, nos documentos da escola, dentre eles, o Projeto Político-Pedagógico.

Cabe considerar que a maior parte das escolas do campo da região continua como uma extensão do ensino das escolas urbanas⁹ e, apenas realizando algumas atividades com conteúdo específico, sem considerar os vínculos necessários para garantir sua especificidade tal como prevê a modalidade e se tem referências já construídas; permanecem, assim, em constante contradição com sua nomenclatura. Um dos grandes desafios, neste sentido refere-se às quais práticas pedagógicas e aos novos instrumentos metodológicos, tempos e espaços (GHEDINI, 2020) diretamente relacionados aos profissionais da educação que compõe o corpo docente destas escolas.

Diante destas constatações e elementos desafiadores, esta proposta de estudo pretende analisar as duas instituições de Ensino no que tange às suas diferenças em relação a ser parte ou não do Movimento da Educação do Campo: o Colégio Estadual do Campo Paulo Freire que está sendo acompanhado por uma Instituição de Ensino Superior por meio do projeto de extensão desde 2015, num processo que busca produzir referências em conteúdo e forma no âmbito da Modalidade de Educação Básica do Campo. A outra instituição, o Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha, empenha-se em desenvolver atividades que tematizam o trabalho e acultura do campo, ainda que sejam iniciativas não institucionalizadas que não se constituem, ainda, como prática social e nem como práticas pedagógicas assumidas com regularidade por esta escola e, também, não faz parte do Movimento da Educação do Campo e nem conta com acompanhamento específico.

Deste modo, espera-se que esta pesquisa contribua para desvelar quais premissas, mediações e movimentações se fazem necessárias a fim de que se avance para a construção e promoção de um processo formativo-educativo que alcance as escolas ainda marcadamente rurais, e as coloquem na perspectiva de transformação em uma escola pública do campo, desde

⁹Ação-didático pedagógica com currículo inadequado, geralmente estipulado por resoluções governamentais, com vistas à realidade urbana evidenciando estruturação didático-metodológica deficiente para a escola do campo, ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico e ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos (LEITE, 1999).

sua prática social e práticas pedagógicas, num ativo processo no Movimento da Educação do Campo.

3 recuperando aspectos da legislação no Estado do Paraná

O Estado do Paraná, através da Secretaria Estadual de Educação (SEED), tem se destacado em algumas dimensões em relação ao Movimento da Educação do Campo no país, principalmente no período de 1998 à 2010, tendo sempre se encaminhado à luz dos dispositivos legais que foram se produzindo a nível nacional. Dentre as inúmeras ações, espaços e processos colocados em curso, tem-se um marco importante que, de certa forma, ratifica as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas Públicas do Campo estabelecidas pela Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), com a produção das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Estado do Paraná, promulgadas em 2006, fruto da articulação entre o Estado, professores da rede pública e representantes de movimentos sociais e organizações dos camponeses¹⁰. Nas palavras da própria Diretriz, estas

[...] chegam às escolas como um documento oficial que traz as marcas de sua construção: a horizontalidade, que abraçou todas as escolas e núcleos regionais de educação do estado e a polifonia, que faz ressoar nelas as vozes de todos os professores das escolas públicas paranaenses (PARANÁ, 2006, p.05).

Afirma este documento que seu texto “traz, em si, o chão da escola e traça estratégias que visam nortear o trabalho do professor e garantir a apropriação do conhecimento pelos estudantes da rede pública” (PARANÁ, 2006, p. 05)

No ano de 2011, tendo como base o Decreto Federal n.º 7.352 de 4 de novembro de 2010, que transforma a Educação do Campo numa política de estado (BRASIL, 2010a), e a Resolução n.º. 4/2010 (BRASIL, 2010b), que a ratifica como Modalidade de Educação Básica do Campo, o estado do Paraná, por meio SEED, do Departamento da Diversidade (DEDI) e da Coordenação da Educação Escolar do Campo, com a Orientação 003/2011 – DEDI (PARANÁ, 2011), encaminha um importante documento que incide diretamente sobre as escolas. Dentre as orientações, a que mais impactou foi quanto à mudança de nomenclatura das escolas situadas

¹⁰Neste período, no estado do Paraná tem-se a Coordenação Estadual de Educação do Campo, situada no DEDI/SEED. Esta coordenação desenvolveu ações, projetos e programas resultantes dos diálogos entre o governo do Estado e Articulação Paranaense de Educação do Campo (ARPEC) (SILVA, et al., 2016).

no campo, pois passaram ter acrescido no nome da escola, “do campo”, por exemplo: “Escola Estadual do Campo de Pinhalzinho”.

Contudo, mesmo com estes dispositivos legais a dar um rumo ao processo de mudança da lógica da escola rural à lógica da Educação do Campo, dentre eles a própria Modalidade da Educação Básica do Campo, o fato é que ainda se apresentam fragilidades e dificuldades no desenvolvimento de uma prática social que leve em conta a diversidade e, de práticas pedagógicas com uma organização curricular e metodológica que alcance as perspectivas preconizadas no Movimento da Educação do Campo.

A Educação do Campo considera o sujeito e sua cultura para que possa fazer valer seus direitos também na educação, tendo como espaço importante a escola. Deste modo, é preciso pensar a escola desde o lugar, onde os povos do campo vivem, dialogando com a realidade mais ampla e com as grandes questões da educação e da humanidade (CALDART, 2002). No entanto, conforme mostra Ghedini (2017),

o que se tem vivenciado nas Escolas Públicas do Campo, nas quais estão em curso referências dos Movimentos Sociais Populares é que, no cotidiano escolar, a forma vigente na Escola Pública Convencional do Campo leva à erosão o conteúdo formativo do projeto educativo. Isso porque, contemplar um conteúdo formativo específico que, por causa da forma da escola é organizado fora do legalmente sancionado pelo sistema, implica em aumento de trabalho, pela relação deste processo com a forma da escola convencional (GHEDINI, 2017, p. 352).

Ainda, conforme a autora, tomando-se como exemplo, a relação do trabalho dos professores com o processo do Movimento da Educação do Campo, alguns se comprometem com as referências dos Movimentos Sociais Populares do Campo, outros se negam a participar ainda que o Projeto Político Pedagógico (PPP) esteja aprovado (GHEDINI, 2017). Neste sentido, na função social da escola, enquanto espaço de socialização do saber sistematizado, lhe cabe também a tarefa de estimular a participação dos profissionais e a interação dos diferentes saberes.

[...] a concepção de Educação do Campo que temos trabalhado refere-se a uma multiplicidade de experiências educativas desenvolvidas por diferentes instituições, que colocaram como referência para suas propostas pedagógicas uma nova concepção de campo, de educação e do papel da escola. Disso resulta o interesse em tentar identificar como a produção pedagógica dos movimentos sociais tem contribuído na discussão, ou seja, perceber como os referenciais construídos na educação não formal dialogam com as práticas pedagógicas das escolas do campo (SILVA, 2006, p. 61).

Segundo Silva (2006), entende-se que é preciso pensar a escola do campo a partir das particularidades dos povos do campo, devendo considerar sua realidade e resgatar historicamente seu valor, para assim fortalecer a sua identidade enquanto ser social também qualificado para transformação da sociedade.

A identidade das escolas do campo é definida pela vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na sua temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de Ciência e Tecnologia disponível na Sociedade e nos Movimentos Sociais em defesa de projetos que associem as soluções por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p. 37).

Deste modo, supõe-se que na escola do campo os sujeitos tenham também a oportunidade de se articular e organizar como sujeitos de direitos num projeto social coletivo (GHEDINI et al., 2016). Para isso, além das conquistas legais, somam-se todos os esforços construídos no interior das escolas do campo para implementar uma proposta de organização didático-pedagógica que leve em conta as especificidades da vida e do trabalho no campo (BONAMIGO; CARDOSO, 2020, p. 247).

E, segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais (PARANÁ, 2006), a implementação de propostas metodológicas para a Educação do Campo requer um olhar especial da escola, bem como do professor às reais necessidades de seus estudantes para a socialização das experiências e conhecimentos. Fazem-se necessárias, novas iniciativas e estratégias de ensino nas quais, favoreçam o atendimento aos sujeitos do campo, para que estes se sintam valorizados e criem um sentimento de pertencimento enquanto ser social parte desse processo. Devendo a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem e de avaliação que permitam aos educadores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de uma transformação emancipadora. Para isso considera-se relevante,

[...] superar práticas educativas historicamente existentes no espaço rural atrelados às concepções urbanizadas, torna-se uma luta e um grande desafio. As estratégias principais consistem na valorização dos saberes que envolvem o cotidiano dos Camponeses, assim como suas práticas produtivas e culturais. É um processo de transformação capaz de superar políticas públicas pensadas e delimitadas em torno de interesses mercantilistas no campo. Além disso, que seja capaz de superar uma abordagem educativa e pedagógica abstrato e formal em relação aos sujeitos do campo, mas que se Caracterize por processos formativos emancipatórios (BONAMIGO; CARDOSO, 2020, p. 247).

Portanto, as escolas situadas no campo, pela diversidade de sujeitos, com suas experiências, seus interesses e expectativas, pode constituir-se como escolas públicas do campo tanto aos educandos e suas famílias com seu modo de vida quanto às comunidades rurais destes territórios.

4. Anunciando o percurso de pesquisa

A metodologia para a realização da investigação apresenta-se como pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, uma vez que, trata-se de estudo de caso com atuação do professor pesquisador.

A investigação qualitativa possibilita melhor compreensão do comportamento e experiência humana. Bem como, o processo mediante o qual, as pessoas constroem significados e descrevem o que consistem estes mesmos significados (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p.70).

Para isso, faz-se importante seguir cuidadosamente as etapas dos procedimentos metodológicos no que tange captar os elementos necessários para a construção da pesquisa, pois: “toda pesquisa requer planejamento cuidadoso, que explicita passos e procedimentos necessários à consecução dos objetivos de estudo com rigor e profundidade interpretativa” (ALVES, 1991, p. 54).

Utilizar-se-á também de pesquisa documental, pois serão verificados os documentos, tais como, Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Plano de Trabalho Docente (PTD), dos docentes participantes da pesquisa. “A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2012, p. 51).E, conforme Severino (2007, p. 122) “pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos mas, sobretudo de outros tipos de documentos tais como jornais fotos, gravações, documentos legais”.

Para a realização desta proposta de investigação realizou-se um período exploratório com as escolas, de forma documental, por conta do contexto da pandemia. Esta fase objetivou ampliar o campo de pesquisa pela observação no que se refere à prática social e às práticas pedagógicas das escolas.

Nesta pesquisa, por conta de seu caráter e público que atinge, bem como por tratar-se de processos em curso, pretende-se ter como levantamento de dados uma ferramenta de



investigação com base na Educação Popular Latino-Americana, a Sistematização de Experiências e Práticas Populares. Esta metodologia tem sido usada em diferentes processos populares e acadêmicos (HOLLIDAY, 2006) a fim de melhor apreender experiências e práticas populares que se apresentam diversificadas, envolvendo diferentes sujeitos, dimensões e espaços e tempos, como é o caso destas escolas.

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (HOLLIDAY, 2006, p. 24).

Segundo o autor, a sistematização permite apreender a riqueza e as peculiaridades da prática desenvolvida, assim como a experiência dos sujeitos que dela fazem parte ao “[...] entranhar-se nesses processos sociais vivo se complexos, circulando entre seus elementos, percebendo a relação entre eles, percorrendo suas diferentes etapas, localizando suas contradições, tensões, marchas e contramarchas [...]” (HOLLIDAY, 2006, p. 24), a fim de reconceituar e “[...] entender estes processos a partir de sua própria lógica, extraindo ensinamentos que possam contribuir para o enriquecimento tanto da prática como da teoria [...]” (HOLLIDAY, 2006, p. 24).

A metodologia da sistematização será aplicada junto às duas escolas com um recorte relativo ao período 2016 a 2020, com momentos coletivos de relatos e reconstrução das práticas educativas e pedagógicas das escolas, por meio de ferramentas específicas desta metodologia.

Buscando qualificar o levantamento de dados, pretende-se também ouvir mais diretamente os docentes envolvidos para compreender melhor as relações entre a prática social e as práticas pedagógicas e seus imbricamentos com a perspectiva da Educação Rural e do processo em curso no Movimento da Educação do Campo, valendo-se de entrevista semiestruturada, por meio de questionário aberto. Conforme Duarte (2004), para realizar entrevistas semiestruturadas e abertas faz-se necessário propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso livre, que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado.

Diante do exposto, este estudo pretende explicitar as lógicas da Educação Rural presentes em escolas situadas no campo, ainda que tenham modificado sua nomenclatura, assim como o processo necessário para sua transformação em escolas públicas do campo tal como preconiza a legislação e o Movimento da Educação do Campo, de forma concreta, a partir das

vivências destas duas escolas públicas situadas no campo. A análise desde a prática social e das práticas pedagógicas, se dará em forma de um comparativo entre as duas escolas, qualificando a análise com a percepção dos professores em relação ao processo.

5. Algumas considerações finais

Os estudos e a incursão exploratória realizada até aqui, além da elaboração deste projeto de pesquisa, permitiram identificar diferenças entre as duas escolas e, por isso, a necessidade de uma melhor compreensão e identificação de em que consistem estas diferenças no que se refere à lógicas da Educação Rural e Educação do Campo.

É possível identificar no Colégio Estadual do Campo Paulo Freire, no que concerne às práticas pedagógicas, uma regularidade nas iniciativas e estratégias de ensino que favorecem as relações entre o conhecimento científico escolar e a especificidade do campo, registradas no PPP da escola. Na prática social, da mesma forma, os espaços e instrumentos metodológicos preconizam um atendimento regular aos sujeitos do campo que os valoriza, criando um sentimento de pertencimento enquanto sujeitos sociais parte desse processo em curso na escola que a insere no Movimento da Educação do Campo, o que efetiva o reconhecimento da diversidade na prática concreta da escola.

O Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha, por sua vez, tem colocado em curso algumas práticas pedagógicas que dependem de serem retomadas a cada ano letivo pelos professores que de certa forma, se dispõem a fazê-lo, sem uma regularidade objetivada no PPP, por exemplo. Estas práticas, também, têm um foco maior no projeto de vida e trabalho no campo dos jovens e suas famílias, e menos nas práticas pedagógicas e estratégias de ensino das disciplinas.

Deste modo, a partir dos primeiros elementos identificados, faz-se necessário avançar a fim de compreender os processos em curso nas duas escolas uma vez que, ao colocar-se na perspectiva de um “fazer-se” da escola pública do campo, será preciso empreender uma transformação das lógicas em curso. Neste sentido, cabe a esta pesquisa mapear e analisar as práticas pedagógicas e sociais destas instituições, a fim de produzir elementos que contribuam com o cerceamento dos desafios encontrados para a efetivação desta política pública em seus desdobramentos práticos.

Referências

ALVES, Alda Judith. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, N. 77, P. 53-61, 1991.

ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em Movimento** – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002**– Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em 12 de junho de 2021.

_____. **Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de educação do campo e o programa nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. 05 nov. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010b. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/Downloads/ccs/concurso_2013/PDFs/resol_federal_04_14.pdf> Acesso em: 30 nov. 2020.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Nove questões frequentes sobre a investigação qualitativa**. In: _____. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto, 1994. p. 63-74.

BONAMIGO, Carlos Antônio, CARDOSO, Daniele. Levantamento das Escolas Públicas municipais do campo na região Sudoeste do Paraná: NRE de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco. In: GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio (orgs.). **Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná**. Organização Jundiá: Paco Editorial, 2020. p.245-262.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Sobre educação do campo**. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). Educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Brasília: INCRA, 2008, p. 67-86.

_____. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

_____. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Coleção Por uma Educação Básica do campo, n. 4. Brasília: UnB, 2002.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Revista Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, Editora UFPR, 2004.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. **A arte ampliar cabeças: uma leitura transversal das sistematizações do PDA/Ministério do Meio Ambiente, PDA/PPG7/SDS** – Brasília: MMA, 2006.

_____. **Sistematização em Educação Popular: uma História, um Debate...** Anais da 30ª. Reunião Anual da ANPED: CAXAMBU/MG, 2007.

GHEDINI, Cecília Maria. **A produção da educação do campo no Brasil: das referências históricas à institucionalização**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

_____.et al. Iniciativas e ações de Formação-Educação que constituíram a experiência da articulação Paranaense de Educação do Campo. In: GHEDINI, Cecília Maria et al (orgs.). **Educação do Campo no Estado do Paraná: um Registro de Lutas, Conquistas e Desafios (1998-2012)**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

_____.Ressignificação de práticas pedagógicas e formação de professores das escolas públicas do campo na região Sudoeste do Paraná. In: GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio (orgs.). **Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná**. Organização Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 311-331.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências**. Tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. – Brasília: MMA, 2006.

LEITE, Sergio Celani. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: CORTEZ, 1999. (Coleção questões da nossa época; v. 79).

LUEDKE, Ana Marieli dos Santos et. al. Educação do Campo e historiografia das escolas públicas do campo Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão. In:GHEDINI, Cecília Maria; BONAMIGO, Carlos Antônio (orgs.). **Educação do campo: pesquisas, estudos e práticas no Sudoeste do Paraná**. Organização Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 137-171.

MANGUEIRINHA. **Projeto Político-Pedagógico**. Colégio Estadual do Campo Professora Vilma dos Santos Dissenha. Mangueirinha, NRE Pato Branco, 2017.

MUNARIM, Antônio. **Movimento Nacional de Educação do Campo: uma trajetória em construção**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. Trabalhos GTs. Caxambu, 2008. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT03-4244-Int.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

_____. **Educação do campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011. Disponível em

<<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2566/1763>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

PARANÁ. **Resolução 4783 - 28 de Outubro de 2010**. Instituição da Educação do Campo como Política Pública Educacional. 18 de Novembro de 2010 Disponível em:<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=69377> Acesso em 08 dez. 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Governo Do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Curitiba, PR: SEED, 2006.

_____. Orientação nº 003, de 17 de maio de 2011. Orientações sobre mudança da nomenclatura nas escolas/colégios do campo. DEDI/SEED, Curitiba, 2011.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do Campo: embate entre movimento camponês e estado**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.28, n.01, p.459-490, mar. 2012.

_____. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, Luciana Maria de Matos, et al. A coordenação Estadual da Educação do Campo na Secretaria de Estado da Educação do Paraná: Ações e contradições na gestão de políticas públicas educacionais entre os anos 2003-2010. In: GHEDINI, Cecília Maria et al (orgs.). **Educação do Campo no Estado do Paraná: um Registro de Lutas, Conquistas e Desafios (1998-2012)**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2016.

SILVA, Maria do Socorro. **Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo**. Molina, Mônica Castagna (org). Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. **Educação do campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos**. Revista Educação e Políticas em Debate – v. 7, n.1, p. 23 - 41 – jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46390/25492>>. Acesso em jun 2021.

_____. **Lugares institucionais do pensar e fazer da educação do campo: uma rede constituída de várias redes**. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 227-245, jul./dez. 2015.

SOUZA, Maria Antonia. **Educação do Campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica.** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em jun 2021.

_____. **O movimento da educação do campo, tensões a luta por um direito social e os sinais da construção das políticas públicas.** EccoS. Ver.Cient. São Paulo, v. II, n. I, p. 39-56, jan./jun. 2009.



III Congresso Internacional
V Congresso Nacional

25 a 28
Agosto 2021

